

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 198

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Cezar Silvestri</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 57ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
12 DE DEZEMBRO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Anibelli.

Às vinte horas, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 4357

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

plenário a Reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 577/2001, ficando prejudicado o requerimento aprovado de adiamento por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 4349

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 4360

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para o dia 13 (treze) próximo.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 4350

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, a retirada do Projeto de Lei nº 421/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse item 05 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária e que o mesmo seja enviado às Comissões Permanentes de Agricultura, Indústria e Comércio e Comissão de Saúde, para discussão e emissão de pareceres.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 4351

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, de acordo com o artigo 132, parágrafo 2º, inciso IV, respeitosamente, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada do Projeto de Lei nº 577/2001, ao Projeto de Lei nº 87/2001 por 10 Sessões.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoioamento:

Sérgio Spada.

REQUERIMENTO Nº 4352

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

plenário a retirada por 5 Sessões do Projeto de Lei nº 668/2001 constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 4353

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a retirada do Projeto de Lei nº 668/2001 de autoria do deputado Durval Amaral, item 17 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária, por 10 Sessões.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 4355

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, retirada por 1 Sessão, do item 7, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 668/2001 de autoria do deputado Durval Amaral.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 4356

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, votação em bloco das emendas modificativa e supressiva da CCJ, e de nº 01 a 15 de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei 626/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 056/2001, item 10 na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 4354

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja transformada em Comissão Geral a Sessão para apreciar o Projeto de Lei nº 421/2001, de acordo com o artigo 107 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) CLEITON KIELSE

Apoiamento:

Tiago de Amorim Novaes, Luiz Accorsi, Durval Amaral, Ricardo Maia, Carlos Simões, Sérgio Spada, Nelson Tureck, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Alborghetti, Basílio Zanusso, Luiz Carlos Belinati, Moysés Leônidas, Ademar Traiano, Geraldo Cartário, Nelson Garcia, Chico Noroeste, Luiz Fernandes da Silva Litro, Divanir Braz Palma e Duílio Genari.

REQUERIMENTO Nº 4358

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que a Sessão seja transformada em Comissão Geral, para apreciar o Projeto de Lei nº 558/2001.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Sérgio Spada, Ricardo Maia, Valdir Rossoni, Luiz Fernandes da Silva Litro, Edno Guimarães, Ademar Traiano, Geraldo Cartário, Chico Noroeste, Nelson Tureck, Nelson Garcia, Custódio da Silva, Cesar Seleme, Fernando Ribas Carli, Carlos Simões, Duílio Genari, Luiz Carlos Alborghetti, Miltinho Pupio, Elio Rusch, Divanir Braz Palma e 1 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 4359

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com fundamento no artigo 107 do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o duto Plenário, a transformação da Sessão Plenária no dia 13 de dezembro de 2001, para votação dos Projetos de Lei nºs 668 e 706/2001, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Ademar Traiano, Fernando Ribas Carli, Nelson Tureck, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Cesar Seleme, Luiz Fernandes da Silva Litro, Miltinho Pupio, Plauto Miró Guimarães, Divanir Braz Palma, Hidekazu Takayama, Geraldo Cartário, Ricardo Maia, Elio Rusch e Basílio Zanusso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 289/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme. Fica criado o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e Assessoria, revogadas as Leis nº 13.049/2001 e 13.117/2001. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDHC E CSP. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que torna obrigatória a inclusão, na rede pública estadual de ensino, da disciplina História do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/2000, de autoria do deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a implantar Faculdade de Administração e Direito na região do CIC, nesta Capital. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a integrar o município de Jataizinho à região administrativa de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 421/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que obriga todas as panificadoras, confeitarias, empresas de panificação a utilizarem 5% (cinco por cento) de fécula de mandioca para mistura na massa de panifícios e derivados. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 4350, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a sua retirada da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária e que o mesmo seja enviado às Comissões Permanentes de Agricultura, Indústria e Comércio e Comissão de Saúde, para discussão e emissão de pareceres. **Deferido. Portanto, o projeto está retornando à Comissão Permanente de Agricultura.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 476/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 44/2001, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2.002. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO.

Vamos votar o Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento.

Com a palavra o deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, rapidamente, somente para relatar a todos os senhores deputados do que ocorreu com relação à mensagem da lei orçamentária para o ano de 2002.

Procuramos de todas as formas democratizar ao máximo, na Comissão de orçamento, o acesso a todos os deputados, inclusive pela primeira vez, independente dos deputados serem membros da Comissão de Orçamento, nós convidamos os líderes de todos os Partidos para que procurassem fazer um acordo.

Tudo aquilo que foi acordado na Comissão de Orçamento, foi respeitado pelo relator, deputado Durval Amaral, no Substitutivo Geral. Algumas emendas da Oposição foram aceitas, em especial, emendas ao texto da lei, de autoria do deputado Hermes Fonseca e também de autoria do deputado Nereu Moura e da Bancada do PT. Enfim, procuramos avançar e dentro do possível conseguimos algumas conquistas. Destaco, principalmente, na mensagem original do governo, o quadro de obras. O governo pediu uma autorização, para remanejar até 40%, sem autorização legislativa. Havia uma emenda - se não me engano do deputado Nereu Moura, que limitava, em 20%. Foi acatada essa emenda, ficando exatamente nos índices do ano anterior alguns avanços com relação a emendas, que autorizavam o Poder Legislativo a remanejar, principalmente, nos créditos suplementares e nos créditos adicionais. Na mensagem falava-se em 20% - havia uma emenda de 05% e acabou ficando no índice de 15%, dentro dessa composição. Acho que foi um avanço importante, principalmente, por parte da Oposição, porque tem minoria na Casa.

Quero aqui, senhor presidente, parabenizar e agradecer ao relator, deputado Durval Amaral, aos técnicos da Comissão de Orçamento, aqui, presentes, o Mauro e a Ana Beatriz -, todos aqueles que se empenharam durante todos esses dias, nos auxiliando, trabalhando praticamente de dia e de noite, para que chegássemos no dia de hoje e tivéssemos aqui a mensagem para ser votada.

Logicamente, agradecer a V. Exa. e à Mesa Executiva, principalmente, nesse último ano tivemos um avanço grande nos dando condições para que pudéssemos exercer o nosso papel na Comissão de Orçamento, nos dando uma estrutura física - necessitamos muito, senhor presidente, senhor 1º secretário. Hoje, a Comissão de Orçamento tem uma sala própria, mas há a necessidade de equiparmos esta sala, com computadores. No espaço físico, eu conversava, hoje, com o deputado Caíto Quintana. Ele ocupa a sala ao lado, pela Corregedoria. Antecipadamente, nos cederia uma sala, para que tivéssemos uma ampliação do espaço físico. Acho que conseguimos um espaço importante, principalmente, na Comissão de Orçamento.

Tivemos contato com deputados de diversos outros Estados da Federação e sempre a Comissão de Orçamento teve um destaque importante e um prestígio, por parte das Mesas Executivas. Quero

agradecer o 2º secretário e toda a Mesa Executiva, por todo apoio que nos deram, a todos os membros da Comissão de Orçamento e, principalmente, aos técnicos que nos ajudaram durante a execução desse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A Mesa Executiva quer cumprimentar os membros da Comissão de Orçamento, na pessoa do presidente, Cezar Silvestri e do relator, Durval Amaral, pelo trabalho desenvolvido e pela agilidade de colocar à disposição da Mesa Executiva, a oportunidade de colocarmos em votação o projeto, nesta semana.

Está em votação o Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado, o Substitutivo Geral, artigo por artigo.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 545/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Inquilinos e Locatários de Maringá e Região Noroeste do Paraná, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 577/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Governo do Estado a doar 10 (dez) alqueires de terras da Fazenda Iapar, pertencente à Secretaria de Estado da Agricultura, localizada no município de Paranavaí, para a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, aonde serão construídas 40 casas para a Vila Rural. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 4351, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, com apoio do deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando a sua retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 577/2001, por 10 (dez) Sessões.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 624/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 054/2001, que aprova ajuste orçamentário no valor de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado de Transportes, para implementação de sistema de esgoto sanitário do Porto de Paranaguá. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 626/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 056/2001, que altera a redação dos dispositivos da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995 - IPVA, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 15 (quinze), de autoria de diversos deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 626/2001

Art. 1º - Ficam introduzidas na Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, as seguintes alterações:

Alteração 1ª - O inciso I, o § 2º e a alínea "a" do § 3º do artigo 11 passam a vigorar com a seguinte redação:

"I - no mês de fevereiro, nas datas fixadas em instrução da Secretaria de Estado da Fazenda".

....

§ 2º - O pagamento do imposto de que trata o inciso I poderá ser feito em até 6 (seis) parcelas iguais, mensais e consecutivas, sendo a primeira no mês de fevereiro e a última no mês de julho, de acordo com calendário previsto em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

....

a) 15% (quinze por cento) do valor devido, para pagamento até o último dia útil do mês de janeiro;

b) 5% (cinco por cento) do valor devido, para pagamento no mês de fevereiro, conforme calendário de vencimentos fixado em instrução da Secretaria de Estado da Fazenda;

c) 5% (cinco por cento) do valor devido, para pagamento no prazo de que trata o inciso III deste artigo.

Alteração 2ª - fica renumerado o atual artigo 23 para artigo 24, passando o artigo 23 a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23 - Os créditos tributários vencidos relativos ao IPVA, inclusive os inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, poderão ser pagos em até cinco parcelas, mensais e sucessivas, conforme critério fixado por meio de Instrução da Secretaria da Fazenda.

Parágrafo Único - O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a cinquenta vezes o valor do fator de Conversão e Atualização Monetária - FCA, vigente na data do pedido de parcelamento".

Art. 2º - Ficam aprovadas, nos termos do inciso IV do artigo 3º da Lei 11.280, de 26 de dezembro de 1995, as tabelas correspondentes à base do cálculo do IPVA, em valor venal, e do respectivo imposto, calculado em quantidade de FCA, que constituem os Anexos I e II desta Lei e que vigorarão no ano de 2002.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2002.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Serafina Carrilho, Algaci Tulio, Cezar Silvestri, Marcos Isfer, Pastor Edson Praczyk.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

Adite-se ao Projeto de Lei nº 626/2001 o artigo:

“Art. - Fica destinado o valor de 30% (trinta por cento) do valor arrecadação do IPVA ao FUNCOR - Fundo de Conservação de Rodovias, para recuperação de estradas vicinais”.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Cezar Silvestri, Marcos Isfer, Serafina Carrilho, Pastor Edson Praczyk.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03

Emenda Aditiva: acrescenta-se um novo artigo à Lei 11.280 de 26 de dezembro de 1995, ao Capítulo XV, Das Disposições Finais, com a seguinte redação:

“Art. - A Secretaria Estadual da Fazenda, publicará, através do Diário Oficial do Estado, trimestralmente, no último dia útil de cada trimestre, relatório contendo as seguintes informações:

I - Número total de veículos automotores, incluindo aeronaves e embarcações, discriminados por municípios;

II - Valores parciais recebidos e a receber, inclusive os referentes à dívida ativa.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Cezar Silvestri, Caíto Quintana, Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca, Nereu Moura.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda justifica-se pela necessidade de oferecer aos municípios e à população, mecanismos claros e simplificados de aferição dos valores arrecadados com IPVA em cada município, bem como, de fiscalizar o efetivo repasse de cota desse tributo aos municípios.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 04

Art. 1º - Fica introduzida no Projeto de Lei nº 626/2001 uma disposição relativa ao desconto para pagamento à vista do IPVA com a seguinte redação, onde couber:

“20% (vinte por cento) do valor devido, para pagamento até o último dia do mês de janeiro”.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoiamento:

Marcos Isfer, Hermes Fonseca, Renato Gaúcho, Algaci Tulio.

JUSTIFICATIVA:

A alteração 1ª do artigo 1º do Projeto de Lei nº 626/2001, de autoria do Poder Executivo, concede um desconto de 10% (dez por cento) do valor devido, para pagamento até o último dia útil do mês de janeiro.

A presente emenda estabelece um desconto maior para pagamento à vista, de 20% (vinte por cento).

Trata-se de um pleito da FENABRAVE (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores) e do SINCODI (Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná), que me foi encaminhado por ofício assinado em 29 de novembro de 2001 pelo Diretor Regional da primeira e Presidente da segunda Dr. Daniel Russi Filho.

A redução do desconto para 10% (dez por cento), constante do projeto de lei não tem cabimento.

Primeiro porque numa época de dificuldades na área comercial e industrial não tem sentido reduzir o desconto do IPVA para pagamento à vista.

Segundo porque a medida agrava a situação do contribuinte do imposto e cria um encargo maior, que certamente vai desestimular o pagamento à vista.

Segundo o diretor regional da FENABRAVE e presidente do SINCODI, o pleito “tem por objetivo não onerar demasiadamente o proprietário de veículo automotor de forma a não inibir o comércio de veículos que representa parcela importante da economia paranaense”.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 05

Art. 1º - Fica introduzida no Projeto de Lei nº 626/2001 uma modificação relativa ao número de parcelas concedidas para o pagamento à prazo do IPVA com a seguinte redação, onde couber:

“O pagamento do imposto poderá ser feito em 10 (dez) parcelas iguais, mensais e consecutivas, sendo a primeira no mês de fevereiro e a última no mês de novembro, de acordo com o calendário previsto em instrução da Secretaria de Estado da Fazenda”.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoiamento:

Marcos Isfer, Algaci Tulio, Renato Gaúcho, Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A alteração 1ª do artigo 1º do Projeto de Lei nº 626/2001, de iniciativa do Poder Executivo, estabelece que o IPVA poderá ser pago em até 03 (três) parcelas iguais, mensais e consecutivas, sendo a primeira no mês de fevereiro e a última no mês de abril.

A presente Emenda concede um prazo maior, em até 10 (dez) parcelas.

Trata-se de um pleito da FENABRAVE (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores) e do SINCODI (Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná), que me foi encaminhado por ofício assinado pelo diretor regional da primeira e presidente da segunda, Dr. Daniel Russi Filho.

“As alterações propostas por nossa categoria econômica”, - assinala o expediente citado - “tem por objetivo não onerar demasiadamente o proprietário de veículo automotor de forma a não inibir o comércio de veículos que representa parcela importante da economia paranaense”.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 06

Art. 1º - Fica introduzida uma Emenda no Projeto de Lei nº 626/2001, onde couber, com a seguinte redação:

“O fato gerador do IPVA considera-se ocorrido no primeiro dia de cada ano e terá seu vencimento no último dia do mês de janeiro correspondente, podendo ser pago, atualizado monetariamente, sem multa e juros, até a data do licenciamento que for adotada pelo órgão estadual de trânsito”.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoiamento:

Marcos Isfer, Hermes Fonseca, Renato Gaúcho, Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda ao Projeto de Lei nº 626/2001, de autoria do Poder Executivo, restaura o sistema de pagamento do IPVA para mesma data do licenciamento, adotada pelo órgão estadual de trânsito.

Era o que dispunha o artigo 8º da Lei nº 8925, de 1988, a anterior Lei do IPVA, nos termos da alteração introduzida pelo artigo 1º da Lei nº 9.886, de 1991.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 07

Art. 1º - Alternância da sistemática de pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores- IPVA, de vencimento antecipado, retornando aos moldes do artigo nº 11, Inciso I da Lei nº 11.280 de 26 de dezembro de 1995, cujos vencimentos obedecerão ao final da placa do veículo automotor.

I - Em relação a veículos cadastrados no Detran:

- a) até o mês de março - veículos de placa final 1
- b) até o mês de abril - veículos de placa final 2;
- c) até o mês de maio - veículos de placa final 3;
- d) até o mês de junho - veículos de placa final 4;
- e) até o mês de julho - veículos de placa final 5;
- f) até o mês de agosto - veículos de placa final 6;
- g) até o mês de setembro - veículos de placa final 7;
- h) até o mês de outubro - veículos de placa final 8;

i) até o mês de novembro -veículos de placa final 9;

j) até o mês de dezembro - veículos de placa final 0;

k) no caso de pagamento do imposto em parcela única, até 29 de fevereiro de 2002, será concedida redução de 15% (quinze por cento) do valor devido.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento:

Edno Guimarães, Augustinho Zucchi, Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem por finalidade, evitar mais um sacrifício que vem sendo imposto pelo Governo do Estado do Paraná aos proprietários de veículos automotores deste Estado.

Com a justificativa infundada o Governo promoveu a mudança de sistemática até então, funcionando de forma satisfatória e previsível. A sistemática anterior, ora proposta permite aos proprietários de veículos, programar seus compromissos e até, escolher o final de placa do veículo, mesmo pagando taxa adicional, adequando o seu compromisso a ingresso necessário de sua receita.

O Governo atual, porém, no afã de antecipar receitas para cobrir suas deficiências quanto ao planejamento de seus gastos, propõe, graças à sua esmagadora maioria parlamentar, e justificando necessidade de pagar a folha de salário do funcionalismo, consegue aprovar, sem considerar os impactos decorrentes, na cota de sacrifício aos proprietários de veículos.

A falta de previsão do Governo em reservar recursos orçamentários, para pagar menos que o justo, pois há quanto tempo o funcionalismo não vê alguns reais de aumento, em seus já exauridos proventos? Pode ser guilhotina de quem, as duras penas, procura manter seu veículo.

As receitas tributárias do Governo vêm aumentando, como o próprio alardeia, não se justificando mais, portanto, antecipar receita, desde que a previsão das despesas coincidam com os gastos geradores da arrecadação.

O Governo alegava falta de recursos para pagar inativos e pensionistas, e que a instituição do fundo previdenciário desoneraria o caixa do Tesouro. Porém, em 2.000, o Governo conseguiu, em prejuízo de futuros governantes, antecipar em 20 anos as receitas de Royalties da Hidrelétrica de Itaipu.

Os valores que antecipadamente entraram para o governo, no montante de 1,6 bilhões, aplicados no fundo previdenciário, já supriram as necessidades do caixa do Tesouro, não sendo mais necessário antecipar IPVA para 2002. (Doc. 01).

Os recursos do Governo só devem aumentar pela correspondente ampliação e aumento do produto interno bruto do Estado, agregado à necessária geração

de renda, alimentadora do fluxo produtivo, e não, antecipando para gastar antes o que já está feito, tirando da população a capacidade do consumo que alimenta a cadeia produtiva.

Governo gastador e sem criatividade, compromete o futuro, e não resolve o presente. Queremos falar de alternativas de recurso como a arrecadação do Porto de Paranaguá e Antonina, que com todo o movimento que vem fazendo arrecadaram menos que o Detran-PR, em 2000.

Um departamento de trânsito, arrecadar em exercício financeiro R\$113.158.761, 56 enquanto dois portos apenas R\$81.931.551,68, ou seja 72,40% do que arrecadou o Detran-PR em 2000.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 08

O parágrafo 2º do artigo 11, de que trata a alteração 1ª, proposta no Projeto de Lei nº 626/2001, passa a ter a seguinte redação:

“§ 2º - O pagamento do Imposto de que trata o inciso I poderá ser feito e até 06 (seis) parcelas iguais, mensais e consecutivas, sendo a primeira no mês de março e a última no mês de agosto, de acordo com o calendário previsto em instrução da Secretaria de Estado da Fazenda”.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(aa) ELI GHELLERE, ADEMIR BIER, IRINEU COLOMBO, NEREU MOURA, WALDYR PUGLIESI, AUGUSTINHO ZUCCHI e ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda objetiva estimular a diminuição da inadimplência dos contribuintes, colaborando desta forma para o aumento do volume arrecadado com o IPVA, nos primeiros meses do ano, tradicionalmente caracterizados por dificuldades de receitas.

Contribui ainda, para o equilíbrio financeiro das famílias paranaenses, as quais são pressionadas nos primeiros meses do ano, pelo pagamento de encargos tributários que ocorrem neste período, a exemplo do IPTU, Imposto de Renda, além de despesas com instrução de seus dependentes.

Vale lembrar que a renda pessoal das famílias brasileiras não apresentou crescimento real nos últimos anos.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 09

A alínea “a” do parágrafo 3º do artigo 11, de que trata a alteração 1ª passa a ter a seguinte redação:

Art. 11 - ...

§ 3º - ...

“a) - 20% (vinte por cento) do valor devido, para pagamento até o último dia útil do mês de janeiro”;

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(aa) ELI GHELLERE, ORLANDO PESSUTI, ADEMIR BIER, AUGUSTINHO ZUCCHI, NEREU MOURA, IRINEU COLOMBO, WALDYR PUGLIESI

EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 10

Inclua-se onde couber ao texto da Lei 11.280 de 26 de dezembro de 1995:

“Ficam isentos do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores- IPVA, os proprietários de táxis, cujo número máximo de veículos não exceda a 2 (dois)”.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(aa) ELI GHELLERE, ORLANDO PESSUTI, ADEMIR BIER, IRINEU COLOMBO, WALDYR PUGLIESI, NEREU MOURA.

EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 11

Inclua-se onde couber ao texto da Lei 11.280, de 26 de dezembro de 1995:

“Ficam isentos do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, os portadores de deficiência física, cujo número de veículos não exceda a 3 (três)”.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(aa) ELI GHELLERE, AUGUSTINHO ZUCCHI, ORLANDO PESSUTI, ADEMIR BIER, IRINEU COLOMBO, WALDYR PUGLIESI, NEREU MOURA.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 12

Fica suprimido o inciso VIII do artigo 14 da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(aa) ELI GHELLERE, AUGUSTINHO ZUCCHI, ORLANDO PESSUTI, ADEMIR BIER, WALDYR PUGLIESI, NEREU MOURA, IRINEU COLOMBO.

EMENDA DE PLÊNÁRIO DE Nº 13

Súmula:

Assegura com modificações críticas a Legislação relacionada ao IPVA.

O § 2º do artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

“§ 2º - O pagamento do imposto de que trata o inciso I deverá ser feito:

01- até o mês de março - veículos de placa final 1

02 -até o mês de abril - veículos de placa final 2;

03 -até o mês de maio - veículos de placa final 3;

- 04 - até o mês de junho - veículos de placa final 4;
- 05 - até o mês de julho - veículos de placa final 5;
- 06 - até o mês de agosto - veículos de placa final 6;
- 07 - até o mês de setembro - veículos de placa final 7;
- 08 - até o mês de outubro - veículos de placa final 8;
- 09 - até o mês de novembro - veículos de placa final 9;
- 10 - até o mês de dezembro - veículos de placa final 0;

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Irineu Colombo, Waldyr Pugliesi, José Maria Ferreira, Augustinho Zucchi, Caíto Quintana, Cezar Silvestri, Ângelo Vanhoni, Ademir Bier, Pastor Praczyk, Marcos Isfer, Orlando Pessuti, Eli Ghellere, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Algaci Tulio.

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando, a Mensagem Governamental nº 056/2001, esta Emenda para ser apreciada pelos senhores deputados, pois o início do pagamento do IPVA em fevereiro irá causar transtornos nos orçamentos dos contribuintes.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 14

Inclua-se onde couber ao texto da Lei nº 11.280 de 26 de dezembro de 1995 o seguinte artigo:

“Art. ... Aos proprietários de veículos automotores registrados no Estado do Paraná, que não cometerem infrações de trânsito no ano em curso, será concedido desconto de 15% (quinze por cento) no pagamento do Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), no exercício subsequente, além das normais estabelecidas na presente lei”.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

Apoioamento:

Eli Ghellere, Caíto Quintana, Luciana Rafagnin, Nereu Moura, Ademir Bier, Waldyr Pugliesi.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 15

Adiciona, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. ... Fica criada a Taxa de Impacto Ambiental - T.I.A., cobrada anualmente junto ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA dos veículos licenciados no Estado do Paraná.

§ 1º - A Taxa de Impacto Ambiental terá o valor de 1% (um por cento) do IPVA.

§ 2º - Terá por finalidade melhorar a qualidade do ar na orla marítima, bem como amenizar os estragos advindos de incêndios, derramamentos de combustíveis, acidentes rodoviários e outras intempéries.

§ 3º - O montante arrecadado com a referida Taxa será aplicado exclusivamente nos municípios do Litoral do Paraná, sendo dividido entre os municípios de acordo com a população flutuante.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) MARCOS ISFER

Apoioamento:

Marcos Isfer, Ângelo Vanhoni, Augustinho Zucchi e Cezar Silvestri.

JUSTIFICATIVA:

Estima-se que a cobrança da taxa de Impacto Ambiental junto ao IPVA possa gerar aproximadamente R\$7.5000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) de arrecadação.

Esta receita deve ser dividida entre os municípios do litoral que, na temporada de verão, têm suas populações em muito aumentadas, ocasionando danos consideráveis ao meio-ambiente.

A constituição de um fundo que possa amenizar esses desequilíbrios ambientais torna o litoral ecologicamente saudável e pode, com a melhora da qualidade dos recursos naturais, provocar incremento no seu turismo e na sua economia por conseguinte.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, V. Exa. vai colocar o projeto ou as emendas? Primeiro as emendas?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Primeiro as emendas. São quatorze as emendas de Plenário.

Vou designar o deputado Ribas Carli para relatar as Emendas do IPVA.

O SR. MARCOS ISFER (**Questão de Ordem**)

Estou encaminhando mais uma Emenda nesse minuto, se o senhor pudesse acatar, eu agradeceria, já está indo para a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu encaminho o deputado Ribas Carli para dar o parecer sobre as 15 Emendas que existem.

Chamo o senhor deputado Fernando Ribas Carli para relatar.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Chamado a relatar as emendas de Plenário, sobre o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, foram apresentadas 15 emendas, que estão numeradas de 1 a 15. Analisando as 15 emendas apresentadas, nós somos de parecer favorável em 13 delas pela constitucionalidade. Duas delas, a emenda número 2 e a emenda número 15 são inconstitucionais, porque estão vinculando receita e isso contraria o artigo 167 parágrafo 4º da Constituição. O nosso parecer é pela constitucionalidade

de 13, das 15 emendas apresentadas, excluindo as emendas de número 2 e a emenda de número 15.

A emenda número 2 é de autoria do deputado Algaci Tulio e outros, que diz o seguinte:

(Lê as emendas já publicadas anteriormente)

Era o que continham as duas emendas que nós consideramos inconstitucionais.

Era este o relatório, senhor presidente.

O SR. WALDYR PUGLIESI **(Pela Ordem)**

Senhor presidente, nós não temos cópias das Emendas.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Faremos a leitura.

O SR. WALDYR PUGLIESI

V. Exa., logicamente, colocará em votação cada uma, individualmente. Mas, nós precisamos ter acesso. Os deputados não têm conhecimento.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Faremos a leitura.

Peço que o relator devolva, para fazermos a leitura individual de cada Emenda.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI **(Pela Ordem)**

Senhor presidente, faço uma sugestão a V. Exa. as emendas serão votadas individualmente, não serão?

(Assentimento do presidente)

Então, que sejam lidas na hora da votação de cada uma, que fica mais fácil.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

É isso que faremos.

Em votação o parecer do relator Fernando Ribas Carli. **Aprovado.**

Em votação o projeto, ressalvadas as Emendas. Não tem Substitutivo, deputado Nereu Moura. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA

Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Os deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. Vinte e oito aprovam.

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Vinte e dois rejeitam. **Está aprovado o Projeto, artigo por artigo.**

Colocaremos em votação as Emendas. Solicito ao 1º secretário que faça a leitura da Emenda nº 1, da CCJ.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Valdir Rossoni)**

(Lê Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 626/2001)

O SR. ORLANDO PESSUTI **(Para Discutir)**

Senhor presidente, esta é uma Emenda com a qual eu pessoalmente estou de acordo, até porque votei favoravelmente na CCJ.

A questão da discussão que pedi neste momento.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Não, V. Exa. está encaminhando para discutir. Já está encerrada a discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Mas a emenda está em discussão ainda, foi discutido e votado o parecer, depois nos vamos encaminhar ainda, senhor presidente.

A dúvida que nós temos e gostaríamos que esclarecesse é a seguinte: a emenda é boa, modifica para melhor o projeto que o governador mandou, mas temos, dentre as emendas da CCJ e emendas de Plenário, uma de nossa autoria, que estabelece um desconto de 20% para quem pagar até o último dia do mês de janeiro.

Nós temos, com relação ao prazo e as parcelas, uma emenda do deputado Antonio Anibelli, se não me falha a memória que estabelece 10 parcelas. Temos uma emenda do deputado Neivo Beraldin que estabelece o parcelamento pelo final da placa do veículo.

A pergunta que fazemos é a seguinte: aprovada esta emenda modificativa que estabelece 15% de desconto, na sequência teremos a emenda de nossa autoria, que estabelece 20%.

Se for aprovada a emenda de 20% prevalece esta emenda? Nós aprovamos aqui 6 parcelas. Na sequência vamos discutir a emenda do deputado Antonio Anibelli e que estabelece 10.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Respondendo à questão de ordem de V. Exa. respondendo o seguinte: V. Exa. poderia ter pedido a preferência da votação da sua emenda, Automaticamente se nós votarmos essa que está sendo votada agora, está prejudicada a sua emenda.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, pergunto a V. Exa. se eu terei condições de defender a minha emenda que estabelece a volta da Lei nº 11.280.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

V. Exa. poderá encaminhar na hora que estiver em votação a sua emenda.

O SR. NEIVO BERARDIN

Pois bem, mas aprovando esta emenda não ficam prejudicadas as demais?

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Em relação a prazo e desconto, sim.

O SR. NEIVO BERARDIN

Então na nossa avaliação, o critério mais justo é que cada parlamentar que apresentou uma emenda tenha, direito a defendê-la.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a emenda nº 1, da CCJ. Está em processo de votação. Não pode ser alterada a ordem.

Só poderá encaminhar essa emenda que está sendo votada no presente momento.

O SR. NEIVO BERARDIN

Ocorre que a emenda nº 1, que V. Exa. está tentando dizer que tem prioridade. Vou encaminhar contra ela.

Vou encaminhar a favor, conforme V. Exa. me concedeu a palavra, e quando V. Exa. concedeu para defender a minha emenda, está colocando à apreciação do Plenário. E o Plenário é soberano, poderá votar a favor ou contra.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Em função da informação e da decisão que adotou a Mesa com relação a prazo e a desconto, aprovada a emenda justificativa apresentada na CCJ, todas as demais serão prejudicadas.

Então, quero encaminhar contrário a essa emenda modificativa, porque não teria sentido votarmos a favor, quando somos subscritor de uma emenda que propõe um desconto de 20% para quem pagar à vista, no mês de janeiro, como também somos subscritor, junto com o deputado Antonio Anibelli e o deputado Neivo Berardin de uma proposta de parcelamento superior a seis meses.

Portanto, encaminho contrário a essa Emenda modificativa e certamente, espero que ela seja rejeitada, para que possamos aprovar a Emenda que concede 20% de desconto em janeiro e um parcelamento de dez vezes, conforme propõe o deputado Antonio Anibelli.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, quero ratificar, praticamente, as palavras do deputado Pessuti, apenas para que fique claro.

Nós entendemos, deputado Durval Amaral, que a Emenda apresentada pela Bancada do Governo é melhor que o projeto. Poderia parecer um paradoxo votarmos contra ela.

No entanto, a Bancada da Oposição tem uma Emenda que propõe 20, e não os 15% que V. Exa. está propondo.

O que solicito à Presidência, é óbvio que isso iria acontecer, é que a Oposição vai votar contra a Emenda da Situação, não por julgá-la pior que o projeto, mas para que possamos colocar em votação, na sequência, caso ganhemos a Emenda propondo 20%. Se perdermos, as demais estão vencidas e passa a vigorar a Emenda do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a Emenda número 01. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Verificação de votação.

Os deputados que aprovam a Emenda nº 01, da CCJ, queiram levantar-se.

O SR. NEIVO BERARDIN

Peço preferência à Emenda de Plenário que é a minha Emenda.

O SR. DURVAL AMARAL

Já está em processo de votação, deputado Neivo Berardin.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

28 senhores deputados aprovam.

Os que rejeitam queriam levantar-se.

22 senhores deputados rejeitam.

Está aprovada a Emenda nº 01. Automaticamente, estão prejudicadas as Emendas...

O SR. NEIVO BERARDIN

Essa Emenda da CCJ?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, vamos para Emenda nº 02, da CCJ, e na hora oportuna V. Exa. vai dizendo se está prejudicada ou não.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, há um requerimento nosso que V. Exa. não colocou em votação, que requer que as demais Emendas sejam colocadas em votação em bloco.

Razão pela qual, peço seja submetido ao Plenário o requerimento, senhor presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, ainda há pouco conversávamos e foi afirmado pela Mesa, que seria votado Emenda por Emenda. E foi esse o entendimento também que tivemos aqui na rodada de conversações, enquanto se analisava a constitucionalidade das Emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estão prejudicadas as Emendas:

Nº 04, de autoria do deputado Cezar Silvestri, com apoio do deputado Marcos Isfer e Renato Gaúcho.

Nº 05, - deputado Cezar Silvestri, está prejudicada;

Nº 07, de Plenário, deputado Neivo Berardin, está prejudicada;

Nº 08, - deputado Orlando Pessuti, está prejudicada;

Nº 09 - deputado Orlando Pessuti, está prejudicada;

Nº 13 - deputado Antonio Anibelli, está prejudicada;

Nº 06 - deputado Cezar Silvestri, também fica prejudicada; e a do deputado Algaci Tulio, também fica prejudicada.

Vamos colocar em votação.

Temos cinco emendas para colocar em votação:

Primeira emenda, deputado Augustinho Zucchi.

Inclua aonde se couber no texto da Lei 11.280, de 26 de dezembro de... o seguinte artigo:

“Aos proprietários de veículos automotores registrados no Estado do Paraná, que não cometerem infrações no trânsito, no ano em curso, será concedido desconto de 15% no pagamento de Imposto de Propriedade de Veículos Automotores IPVA, no exercício subsequente, além das condições normais estabelecidas na presente lei”.

Então, o Projeto de V. Exa. acrescenta mais 15%.

O SR DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, o senhor vai submeter o nosso requerimento à votação do Plenário? Apreciação do Plenário, senhor presidente?

Porque eram 5 Emendas!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nós temos aqui a informação, que temos mais 2 Emendas da CCJ. Têm preferência de votação sobre a sua Emenda.

Emenda nº 2 da Comissão CCJ, autoria do deputado Orlando Pessuti.

Suprime o artigo 3º da alteração 2 do presente projeto de lei.

O SR DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente. Eu respeito a sua decisão, mas só que se o senhor vai colocar o requerimento em votação, para que as demais Emendas sejam votadas em bloco!

As 2 da CCJ e as 5 outras de Plenário, senhor presidente, que não ficaram prejudicadas.

O SR. ORLANDO PESSUTI

As da CCJ não podem ser incluídas no mesmo pacote.

O SR DURVAL AMARAL

O Plenário é soberano, senhor presidente!

O senhor coloca em votação; me contento com o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nós vamos votar isoladamente essas Emendas da CCJ, posteriormente votaremos o seu requerimento.

O SR. DURVAL AMARAL

Acato a sua decisão.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente.

O motivo de nós termos apresentado essa Emenda, em primeiro lugar, é porque esta Emenda acrescenta o artigo 3º ao Projeto 626, mas ela não tem nada a ver com o IPVA.

O Projeto 626 trata do IPVA.

E esse artigo 3º, é um artigo que remete-se à Lei nº 11.962, que é conhecida por todos nós como a Lei “Raspa Tacho”; Que estabelece os recursos disponíveis ao final de cada ano, nas autarquias e nos fundos, excluídos o FDE E O FDU.

Este artigo 3º, além de ser uma anormalidade dentro do projeto, traz uma outra questão, que no mérito, nós discordamos totalmente.

Quando se criaram os Fundos aqui na Assembléia Legislativa, quando ela aprovou a criação dos Fundos, e eu me remeto em especial ao Fundo Paraná, ao Fundo de Ciência e Tecnologia, naquele momento se entendeu, se acordou que as despesas correntes não deveriam ultrapassar 50%, justamente para que os Fundos criados, os Fundos existentes, não gastassem todo o seu recurso com despesas correntes, ou seja, em pessoal e material de consumo, porque afinal de contas, os Fundos foram criados para cumprir um papel que era, neste caso, lastrear e destinar recursos para a ciência e tecnologia. Essa proposta do Artigo 3º, evidentemente visa dar uma condição de se gastar mais com pessoal e despesa corrente.

Então, é matéria estranha ao IPVA e aumenta a possibilidade de se gastar com pessoal e despesas correntes e evidentemente prejudica a destinação específica dos Fundos.

Por essa razão, entendemos que deva ser suprimido esse artigo, permanecendo o que estabelece lá na Lei nº 11.962.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação a Emenda do deputado Orlando Pessuti. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ADEMAR TRAIANO

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será procedida a verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu faço um apelo ao deputado Pessuti que retire a chamada nominal, porque estão praticamente todos os deputados presentes.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Entendo o apelo de V. Exa. e dos demais, então retiro o pedido de chamada nominal e o deputado Durval retira o pedido de verificação de votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Eu queria fazer uma consulta à Mesa.

O Regimento Interno da Assembléia não prevê que os deputados que não estiverem presentes em um processo de votação não podem se adentrar no processo de votação?

É um argumento que o deputado Durval levantou um dia desses a respeito de uma... eu gostaria de saber qual é o entendimento da Mesa? Porque quando V.Exa. fez a votação, vários deputados não estavam presentes, inclusive o meu amigo deputado Nelson Garcia, que agora está presente, comparecendo.

Mas, gostaria de saber qual é o encaminhamento que a Mesa tem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Responderei por escrito para V. Exa., amanhã.

O SR. NELSON GARCIA

Senhor presidente, eu gostaria de dizer ao nobre colega que aqui do lado é Plenário também. O senhor me perdoe! Quando vocês fogem lá para fora nós até respeitamos. Mas eu não fugi, não, eu estava aqui dentro do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os deputados que aprovam a emenda do deputado Orlando Pessuti, queiram levantar-se.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Vinte e dois deputados, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Vinte e oito deputados, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está Rejeitada a Emenda.

A Emenda também do deputado Orlando Pessuti, da Comissão de Constituição e Justiça, está prejudicada com a aprovação da Emenda nº 01.

Está em votação o Requerimento nº 4356 de autoria do deputado Durval Amaral constante do expediente, solicitando a votação em bloco das Emendas Modificativas e Supressivas apresentadas da CCJ e de nº 01 a 15 de Plenário ao Projeto de Lei nº 626/2001 - **Aprovado**.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, eu encaminho contrário ao requerimento de votação em bloco, porque, como pode

observar V. Exa. embora todas essas Emendas versem sobre a Lei do IPVA, elas não são iguais. Receberam parecer favorável pela sua constitucionalidade e não podem, evidentemente, no mérito, não sendo elas iguais, ser deliberadas de forma conjunta ou em bloco.

Então, por essa razão, entendo que o deputado Durval Amaral poderia retirar o requerimento. São sete Emendas, quer dizer, não são mais do que sete, dez minutos para resolver e nós poderemos analisar.

Tem assunto da maior importância que pode ser acolhido nesta proposta do IPVA, melhorando a Lei do IPVA e conseqüentemente fazendo com que justiça aconteça na aprovação da Lei do IPVA.

Então, eu encaminho contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

As emendas que estão incluídas no requerimento do deputado Durval Amaral são: a Emenda nº 02 de Plenário, de autoria do deputado Algaci Tulio; a Emenda nº 14, de autoria do deputado Augustinho Zucchi; a Emenda nº 03, da deputada Luciana Rafagnin; a Emenda nº 10, do deputado Orlando Pessuti; a Emenda nº 11 de Plenário, de autoria do deputado Orlando Pessuti; a Emenda nº 12 de Plenário, de autoria do deputado Orlando Pessuti; e a Emenda nº 15, de autoria do deputado Marcos Isfer.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, estou antevendo aqui que obviamente a Bancada do Governo gostaria de votar tudo em conjunto.

Pediria, senhor presidente, a possibilidade nesta questão de ordem, de votar em destaque a nº 14, porque não tem nada a ver com as outras emendas.

O SR. DURVAL AMARAL

Se o deputado Augustinho Zucchi assumir o compromisso de não encaminhar, concordo com o destaque dele.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Eu encaminho já, senhor presidente.

A minha emenda, deputado Durval Amaral, sabe o que é? São 15% de desconto no IPVA para que não tiver nenhuma multa, no corrente exercício, registrada no Detran do Paraná.

Toda a legislação de trânsito é punitiva. Essa é uma emenda que é educativa, que seria um prêmio para o bom motorista.

Então, gostaria que fosse votada em destaque essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. está encaminhando o requerimento?

O SR. DURVAL AMARAL

Já encaminhou, está muito bem encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento (verbal) do deputado Augustinho Zucchi.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Então, a emenda do deputado Augustinho Zucchi tem a preferência de votação.

Os deputados que aprovam a emenda do deputado Augustinho Zucchi, permaneçam como estão. **Aprovada.**

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Mesa defere e será feita a verificação de votação.

Deputados que aprovam a emenda do deputado Augustinho Zucchi, queiram levantar-se.

Vinte e dois (22) deputados aprovam.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e oito (28) deputados rejeitam.

Está rejeitada a emenda do deputado Augustinho Zucchi.

Requerimento do deputado Durval Amaral.

Está em votação o requerimento do deputado Durval Amaral.

Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Os deputados que aprovam o requerimento do deputado Durval Amaral, queiram levantar-se.

Vinte e um (21) deputados aprovam o requerimento.

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e dois (22) deputados rejeitam.

Está aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, tendo em vista que V. Exa. vai colocar a votação em bloco, então, eu solicito que faça a leitura das emendas, para que fique claro que são emendas diferentes e que mereciam ser votadas de forma separada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encaminho ao deputado Valdir Rossoni, 1º Secretário, a leitura das emendas.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Emenda Aditiva:

“A Secretaria Estadual da Fazenda publicará, através do Diário Oficial do Estado, trimestralmente, no último dia útil de cada trimestre, o relatório contendo as seguintes informações:

1 - número total de veículos automotores, incluindo aeronaves e embarcações, discriminados por município;

2 - valores parciais recebidos e a receber, inclusive referente à dívida ativa;

10 - ficam isentos do pagamento de impostos sobre propriedade de veículos automotores, o IPVA, os motoristas de táxi;

11 - ficam isentos de pagamento de impostos de propriedade de veículos automotores os portadores de deficiência física;

12 - Fica suprimido o inciso VIII, do artigo 14, da Lei nº 11280, de 26 de dezembro.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Essa aí é para não se pagar IPVA de avião, porque acho engraçado avião pagar IPVA.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

2 - Fica destinado o valor de 30% do valor arrecadado do IPVA ao Funcor, para recuperação de estradas vicinais, de autoria do deputado Algaci Tulio.

Era isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estão em votação as emendas.

Os deputados que aprovam as emendas, permaneçam como estão.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Os deputados que aprovam as emendas, queiram levantar-se.

Vinte e dois (22) senhores deputados aprovam.

Os deputados que rejeitam as emendas, queiram levantar-se.

Vinte e oito (28) deputados rejeitam.

Estão rejeitadas as emendas.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria só de fazer a seguinte observação ao líder do Governo e à Bancada do Governo, que preferiram fazer a votação em bloco dessas emendas, só para citar como exemplo, a emenda que prevê a isenção do IPVA para os portadores de deficiência.

O Governo do Estado, assim como outros governos estaduais do Brasil inteiro, prevê a isenção de ICMS na compra de veículos automotores para portadores de deficiência, comungando com a lei, com a legislação nacional da isenção do IPI e no Estado do Paraná, tradi-

cionalmente, também acompanhou sempre a isenção do IPVA.

Quer dizer, será pela primeira vez, a partir deste ano, que nós não teremos a isenção do IPVA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 636/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, estabelece restrição à comercialização de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 683/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 059/2001, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei nº 13.030, de 28.12.2000, o valor de R\$600.000,00 conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 684/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 060/2001, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei nº 13.030m, de 28.12.2000, no valor de R\$1.813.452,00, visando regularizar escrituralmente desembolso financeiro efetuado pela Sanepar e destinados às obras do canal extravasor ao Rio Iguaçu. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os deputados que aprovam queiram levantar-se.

Vinte e oito.

Os deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Vinte e dois.

Está **aprovado, artigo por artigo.**

O SR. NEREU MOURA

Justificativa de voto.

Nós estamos votando contra porque existem denúncias de que estes recursos, parte deles pelo menos, estão envolvidos de maneira não correta.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 514/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, autoriza o Poder Exe-

cutivo Estadual a conceder isenção do ICMS na compra de motocicleta à categoria de moto-taxistas. SEM PARECER. (**Publ. no DA nº 147/2001, de 15.10.2001**).

Como não há pareceres das comissões, mas está incluído no requerimento que foi aprovado para transformar em Comissão Geral, designo o deputado Antonio Belinati para relatar.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (**Pela Ordem**)

Gostaria de dizer que este projeto do deputado Geraldo Cartário, eu apresentei um semelhante, nós apresentamos no mesmo dia, inclusive à Mesa, e logo em seguida o deputado Ademir Bier também apresentou projeto semelhante.

Então, na verdade, foi pedido para anexar os projetos e então consta nesse projeto do deputado Geraldo Cartário, o de minha autoria e do Ademir Bier.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou solicitar à Mesa que na votação de amanhã se inclua o projeto de V. Exa. e de Ademir Bier.

Deputado Antonio Carlos Belinati, para relatar.

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI

Senhor presidente, o Projeto de Lei nº 514,2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder isenção do ICMS na compra de motocicleta à categoria de moto-taxista.

Este projeto tinha sido encaminhado a este deputado para relatoria na Comissão de Constituição e Justiça, porém, com pedido de vistas foi transferida sua discussão, nós já havíamos analisado esse projeto quando a nós foi designada a relatoria na Comissão pelo presidente, deputado Basílio Zanusso, e no aspecto legal e constitucional não há nada que impeça sua normal tramitação.

Portanto, nosso parecer é favorável.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, só para dizer que é com a maior satisfação que eu faço questão de acompanhar e receber também o projeto da deputada e do deputado Ademir Bier. É uma satisfação muito grande ter um projeto aprovado, com a parceria dos dois.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mandamos, desde já, anexar o projeto, tanto da deputada Luciana, quanto do deputado Ademir.

Está em votação o parecer do deputado Antonio Carlos Belinati.

Os deputados que aprovam o parecer, permaneçam como estão.

Aprovado.

Está em votação, o projeto, em 1ª discussão.

Os deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão.

Aprovado.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 558/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 049/2001, que autoriza o Poder Executivo a permutar por fração ideal do solo, a respectiva área a ser construída nos imóveis de propriedade do Estado do Paraná, lotes localizados no Bairro Centro Cívico e registrados no registro de imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Curitiba. SEM PARECER. (Publ. no DA nº 159/2001, de 29.10.2001-Mens.)

O SR. EDSON STRAPASSON (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Esse projeto, do item 15, está sem o parecer das Comissões. Na súmula do requerimento, que solicitou a transformação da Sessão Plenária em Comissão Geral, não consta da súmula. Consta aqui, apenas, depois de rasurado, 558/2001. Mas na súmula que solicita a Comissão Geral, não consta.

Portanto, solicitamos que ele seja retirado, para que possa tramitar nas comissões competentes.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, esse projeto não tem regime de urgência e quando tramitou na Comissão de Constituição e Justiça, pedimos vista desse projeto, porque por mais de quinze minutos tentamos entender, o que se está permutando e por quê? Com o que está-se permutando.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Lá vai ser construída a sede do Poder Judiciário do Tribunal de Alçada.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Na justificativa não diz isso, senhor presidente. Não fica claro qual é o imóvel. Não está bem caracterizado, qual é o imóvel que está sendo perguntado - faz frente para a Mário de Barros. mas não sabemos se é um imóvel que fica nos fundos dos prédios pretos de vidro ou se inclui aqueles prédios. Não fica claro. O próprio relator, na Comissão de Constituição e Justiça, deputado Ademar Traiano, quando solicitado para esclarecer, teve dificuldades para nos detalhar o que estava se propondo permutar. O que se permutava: com o quê e para quê. É uma situação muito delicada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou responder a Questão de Ordem. Primeiro, do deputado Edson Strapasson. Na realidade foi incluída, depois, quando foi apresentada aqui à Mesa, foi incluída à mão e está anotada, aqui, várias rasuras, com o visto.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Eu tenho cópia do requerimento e não constam nesses dois projetos. está no meu gabinete. Se V. Exa.

suspender a Sessão por dez minutos, vou buscá-la. Quando foi repassada cópia, ontem, não constavam esses três projetos de transformação de Comissão Geral.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou apresentar um requerimento agora, pedindo para amanhã, a Comissão Geral. Vou dar entrada hoje.

O SR. NEREU MOURA

V. Exa. está corrigindo um vício.

Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito à minha assessoria, que faça o requerimento, para que eu possa incluir os três projetos.

O SR. NEREU MOURA

O 706; 668; e 558.

Quero apresentar a V. Exa. a cópia do requerimento, que está em minhas mãos, para que V. Exa apure quem foi que fraudou esse documento, porque, se for assim, senhor presidente, vou apresentar a V. Exa. e quero que V.Exa. determine a apuração, para saber se esse documento foi fraudado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estou aqui, nobre deputado, com xerox, que está incluído. Eu autorizei a inclusão, ontem.

O SR. NEREU MOURA

Está rasurado, aqui, no requerimento, à mão, à caneta.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu que autorizei, como presidente, desse Poder, a inclusão à mão, no requerimento. Estamos fazendo a reconsideração. Estou apresentando um requerimento para ser analisando amanhã. Acho que está suprida a falha.

Requerimento nº 4358, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, com apoio dos deputados Sérgio Spada, Nelson Garcia, Duílio Genari e demais deputados, constante do expediente, solicitando que a Sessão seja transformada em Comissão Geral para apreciar o Projeto de Lei nº 558/2001 - **Recebido; apreciar na Sessão do dia 13.12.2001 conforme o artigo 107 do Regimento Interno.**

O SR. NEREU MOURA

Perfeito, só que eu recebi o requerimento sem esses três projetos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu estou assumindo a responsabilidade, nobre deputado, que eu que autorizei a inclusão dos projetos.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, não seria de bom alvitre deixar esses projetos, esse 668, lá para março.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós estamos no 558, ainda, nobre deputado.

Não, esse eu não vou apresentar. Vou apresentar só o 558, os outros também estão prejudicados, se algum parlamentar tiver interesse que se inclua na Comissão Geral amanhã e que apresente o requerimento, eu vou apresentar o 558.

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 661/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 057/2001, que altera os dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. PARECERES DA CCJ e CF.

PROJETO DE LEI Nº 661/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996:

Alteração 1ª - O inciso IV do artigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

“IV - alíquota de 18% para os demais serviços, bens e mercadorias”.

Alteração 2ª - Ficam acrescentados os incisos V e VI ao artigo 14, com a seguinte redação:

“V - alíquota de 26% (vinte e seis por cento) para as operações com os seguintes bens, mercadorias e serviços:

- a) gasolina;
- b) álcool anidro para fins combustíveis;
- c) energia elétrica;
- d) prestações de serviço de comunicação;
- e) bebidas alcoólicas classificadas nas posições 2203, 2204, 2205, 2206 e 2208 da NBM/SH;
- f) fumo e seus sucedâneos manufaturados classificados no capítulo 24 da NBM/SH;

VI - alíquota de 13% (treze por cento) para as operações com óleo diesel”.

Alteração 3ª - Ficam revogadas as alíneas “a”, “d”, “f”, “g”, “h” e “i” do inciso I, e a alínea “f” do inciso II ambas do artigo 14.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor nada de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2002.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 661/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa alterar os dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 661/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 057/2001, visa aumentar alíquota do ICMS - Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, na forma em que especifica.

Procedida a análise da Proposição do Executivo Estadual, esta Comissão Permanente de Finanças, cumprindo missão regimental, observa que na Mensagem Governamental não fora suficientemente justificado, o aumento das alíquotas dos bens, produtos e serviços que abrange, salientando que o aumento de receita apregoado, não está indicando perfeitamente, onde e como serão aplicados os recursos captados na majoração do imposto, portanto não atendendo os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000)

Nestas condições, ofertamos nosso parecer contrário à proposição governamental, opinando pela rejeição.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Vou designar para relatar o referido projeto, acho que temos primeiro que relatar depois entraremos na parte da discussão - deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados.

Trata-se de Mensagem nº 057/2001, Projeto de Lei nº 661/2001. Altera os dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias

e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Sob o aspecto constitucional, senhor presidente, legal e regimental, nada obsta a tramitação desse projeto neste Plenário, razão pela qual dou parecer favorável pela constitucionalidade do projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o parecer.

O SR. NEIVO BERARDIN

Eu gostaria de saber o que muda na Lei 11.580, visto que V. Exa. diz que é constitucional.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu solicito ao 1º Secretário, leitura do Projeto.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

V. Exa. vai votar o parecer e depois nós vamos discutir o projeto?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sim. Está em votação o parecer da constitucionalidade do projeto.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o deputado Durval Amaral fez a leitura do parecer às Emendas, mas nós não conhecemos as Emendas

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o parecer do Durval Amaral.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, eu ainda continuo não entendendo, não sei se estou perdido aqui, mas o fato é o que é que muda na Lei 11.580, essa Mensagem, isso eu gostaria de ver esclarecido.

O SR. DURVAL AMARAL

Não há problema nenhum, eu tenho condições de esclarecer deputado Neivo Berardin sem dificuldade nenhuma. O que muda é o seguinte: a proposta inicial do Governo do Estado, a alíquota sobre o diesel que está proposta nessa mensagem, passa de 12 para 13%.

Já vou me antecipar, existe uma Emenda Substitutiva Geral que será apreciada oportunamente, não hoje, que exclui o aumento do diesel de 12 para 13, continuando 12%.

Vou fazer as duas explicações, senhor presidente, se me permite.

No que diz respeito ao álcool hidratado, passa de 17 para 18%, equiparando-se aliás à alíquota no Estado de São Paulo.

No que diz respeito à gasolina, passa de 25 para 26 acrescentando-se 1%.

No que diz respeito à telecomunicação, passa na proposta do governo, na Emenda Substitutiva Geral que será apresentada amanhã, ela passa de 25% para 27% para compensar a exclusão do óleo diesel. No que diz respeito ao cigarro, bebidas alcoólicas e ainda energia elétrica, passa de 25% para 26% na proposta original do Governo.

A Emenda Substitutiva Geral que será apresentada oportunamente, acresce 2% para compensar a exclusão do diesel e ainda exclusão do aumento da tarifa de energia elétrica rural, porque poderia trazer um impacto significativo para o homem do campo, para o produtor, para a nossa cesta básica, para os nossos produtores.

A justificativa que o governo coloca é extremamente simples. todos os benefícios fiscais dados à agroindústria do Estado do Paraná e a diminuição da carga tributária na cesta básica, importam numa redução de receita de R\$60 milhões de reais, no ano de 2001. Razão pela qual torna-se necessário recompor, até para se cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, que toda a perda tributária tem necessariamente que ser compensada com ações fiscais.

Deputado Neivo Berardin, quando o projeto vier para a discussão, o encaminhamento, nós poderemos encaminhar e discutir exaustivamente a matéria.

O SR. NEIVO BERARDIN

Muito obrigado, pela gentileza.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o parecer. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os que aprovam o parecer, queiram levantar-se.

Vinte e oito senhores deputados Aprovam.

Vinte e dois senhores deputados Rejeitam.

Está aprovado o Parecer.

Está em discussão o projeto.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar que pela constitucionalidade da matéria, a Oposição a quem respeito, está votando pela inconstitucionalidade.

Só para deixar esse registro muito claro, porque em outras votações, quando nós aqui fizemos em Plenário análise da constitucionalidade, poderemos valer da mesma condição que a Oposição está se valendo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Gostaria de lembrar ao meu nobre deputado Durval Amaral, que a bancada do Governo votou nessa Casa, pela inconstitucionalidade de um projeto de iniciativa popular.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

E era mesmo totalmente inconstitucional. Tanto que a justiça decidiu nesse sentido.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

A Mesa tem obrigação de tornar constitucional um projeto dessa magnitude.

Então, a Mesa está sendo responsabilizada.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para encaminhar, Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente e senhores deputados. O projeto que traz o governador a conhecimento desta Casa, e que está nesse momento sendo discutido e votado em 1ª Discussão, propõe, não só aqui o que esclareceu o deputado Durval Amaral, porque fica parecendo, senhor presidente, que os aumentos propostos de 1% na alíquota do ICMS de 12% para 13% no óleo diesel, dos produtos que têm 17% para 18% e depois para aqueles que são de 25% para 26% que é a energia elétrica, as telecomunicações, fumo, bebida, parece que se restringe apenas a isso, os aumentos que estão sendo propostos.

Não é verdade. Porque lá, no item 17%, estão incluídos praticamente todos os produtos produzidos dentro do Estado do Paraná.

Apenas, não estão nos 17% aqueles que foram listados no 25% que são 5 ou 6 itens, telecomunicações, energia elétrica, gasolina, fumo, bebida, esses, não estão lá nos 17. E não estão nos 17 aqueles que estão no 12, que é o óleo diesel e aqueles que fazem da cesta básica lá, que tem 7%, aqueles da Lei Brandão, da Lei Rossoni, do leite. Agora, todo o conjunto da produção na qual é taxado o ICMS, toda essa produção é penalizada com esse aumento!

Então, não é apenas aquela meia dúzia de produtos ou serviços, que está sendo modificada. É o conjunto todo do ICMS, das mercadorias que circulam por esse Estado.

Fica, realmente, a imaginar aqui, senhor presidente, e já falamos isso em outras oportunidades, o Governo do Estado concordou com a Assembléia Legislativa quando se propôs os benefícios do ICMS para a carne, concordou com os benefícios do ICMS quando se propôs para o leite, para a maionese, para os produtos da manteiga, da margarina ou coisa parecida.

Concordou quando votamos, aqui, para o setor moveleiro, para o couro, para a areia, num projeto do deputado Cesar Seleme, para informática e chapas de aço laminado que foi um projeto do deputado Durval Amaral. Deu com uma mão e agora está tentando retirar com outra.

Deu com a mão direita e está retirando com a esquerda.

Entendo que nós, parlamentares não poderíamos neste momento concordar, em hipótese alguma, com este

aumento de alíquota, porque como disseram já diversos deputados, Silvestri, deputado José Maria e outros parlamentares, não se trata apenas de você incrementar 1% no peso do tributo, é um em 100. É um por cento, mas quando você sai de 12 para 13 dá ao redor de 8%. Porque se fosse 10, daria 1,2 iria para 13,2.

Então, o impacto no imposto, que está sendo proposto aumentar aqui, não é de 1%. É de 8%, é de mais de 10%, é de mais 15% certamente naquele produtos que estão na alíquota de 25.

Então, não podemos cometer essa irresponsabilidade de penalizar o setor produtivo do Estado do Paraná num momento em que todos nós nos somamos e nos curvamos às reivindicações dos setores produtivos, concedendo a eles benefícios. Fizemos isso no decorrer de todo o ano e no apagar das luzes, no final de um período legislativo, nós comparecemos, aqui, e votamos para retirar tudo aquilo que se concedeu.

É o absurdo dos absurdos o que está se propondo fazer.

O Sr. José Maria Ferreira

Deputado Pessuti, V. Exa. lembra bem e faz um belo registro a respeito dessa questão.

A carga tributária que estamos jogando sobre a economia e por conseguinte sobre o cidadão, é muito maior do que possam parecer os números, passando de 12 para 13, de 25 para 26 e de 17 para 18. Isto vai trazer, com certeza, reflexos na nossa economia. E se usamos esse final de ano, que nunca se mexeu tanto na Lei 11.580, que é a Lei de ICMS, como se mexeu nesse ano. Fizemos um retalho nessa lei. Ela se transformou numa colcha de retalhos. E agora, estamos terminando de perfurar aqueles remendos que fizemos. Por quê?

Esses aumentos que estamos aqui a conceder, vão provocar um incremento na carga tributária, em cadeia. E o deputado Durval Amaral falou que está perdendo 67 milhões/ano o governo. Mas ele perde 67 milhões com uma e toma 180 com a outra! No mínimo é 180 milhões, porque dá uma média de 18 milhões/mês de incremento de receita!

A Bancada do Governo vai sentir as dificuldades na hora que for para a rua e tiver que conversar com o cidadão e com o empresário. Vai ser outra situação próxima da Copel. Por quê? Porque aí não é só mais aqueles que tem a conta. É todo o cidadão, é toda a Associação Comercial do Paraná que vai estar num posicionamento de crítica e de refutar a decisão que aqui for tomada.

Por isto, é muito mais fácil, como disse o deputado Neivo Beraldin, ao invés de buscar 180 milhões ou 240 milhões, como asseverou o deputado Cesar Silvestri, aqui, ele que vá buscar parte dos três bilhões de ICMS ou de impostos em dívida ativa que tem o Governo. O Governo tem um instrumento poderoso, que é a cobrança da dívida ativa, que os municípios, deputado Durval Amaral, V. Exa. que é um deputado municipalista sabe do esforço que estão fazendo todos os municípios paranaen-

ses para se adequar a receita à despesa. E o Governo do Paraná não procura o caminho do recebimento do crédito. Ele simplesmente atira sobre o cidadão e à sociedade, mais impostos!

Por isso, não tem como admitir, e desculpe-me V. Exa. se tomei um tempo maior no aparte, mas é impossível aprovar isto em sua consciência.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Pessuti, vou me pronunciar amanhã, quando o projeto for votado em 2ª discussão e talvez...

O SR. ORLANDO PESSUTI

Mas, não retorna em 2ª discussão. Podemos derrotá-lo ainda hoje!

O Sr. Cezar Silvestri

Se Deus quiser!

Mas, veja, deputado Pessuti, quero fazer um alerta. O deputado José Maria Ferreira passava alguns números e no levantamento que eu fiz, na verdade, são 240, 250 milhões de reais que acresceria, teoricamente, na receita do Estado.

Como tem Emenda anunciada, se não me engano de autoria do deputado Hermas Brandão ou de vários deputados - inclusive tem Emenda de minha autoria neste sentido, também - reduzindo o óleo diesel; tirando fora o óleo diesel, se não me engano a energia elétrica rural; isto cresce em cerca de 180 milhões. Mas, o que nos preocupa - e as experiências vêm demonstrando isso e eu sou testemunha, quando apresentei um projeto, nesta Casa, e V. Exa era deputado, em 1990, que isentou de ICMS o crescimento financeiro das vendas a prazo. E muita gente se surpreendeu quando na época o Governador sancionou este projeto e muitos pensavam que nós teríamos uma queda violenta de receita. E aconteceu exatamente o contrário, porque houve, na verdade, uma grande participação tributária. Muitas pessoas que sonegavam, passaram a contribuir com uma alíquota menor e tivemos um aumento de arrecadação.

Hoje, coincidentemente, eu estava na Presidência aguardando o deputado Hermas Brandão, quando estiveram ali alguns representantes da empresa Souza Cruz, de cigarros. E eles mostravam claramente que isto já ocorreu, agora, recentemente, no Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pará, onde tivemos um aumento da alíquota de 25% para 30% no cigarro. E houve uma queda de arrecadação em torno de 40% de ICMS do cigarro.

Para que V. Exas. tenham, uma idéia, somente o ICMS do cigarro representa 75 milhões de arrecadação por ano! Eles fizeram uma projeção do que ocorreu no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pará, que já retornaram à alíquota anterior, eles voltaram aos 25%; nós teríamos uma perda, já para o ano que vem, somente no ICMS do cigarro, em torno de 30 milhões, o ano que vem. Porque é uma coisa lógica: no momento em que você aumenta a

alíquota, levanta o preço para o consumidor. Inclusive acaba-se favorecendo a ilegalidade.

Nós temos como divisa o país Paraguai, aonde entra cigarro que é produzido no Paraguai. E, muitos deles que eram exportados sem ICMS, mas que são produzidos no Paraguai, que hoje tem 30 indústrias de cigarro, que manda para cá sem nenhum imposto; entra de forma clandestina. E logicamente quando aumenta o preço aqui, perde-se o poder de competição e se eles têm uma parcela no mercado, de 15%, como aconteceu nos outros Estados, chega a passar de 40 a 50%. E o que é pior: existe, também, a concorrência com outros Estados, porque como a alíquota em São Paulo do cigarro é de 25%, como é também em Santa Catarina, as empresas, o pessoal que trabalha em grande quantidade, os atacadistas, acabam indo comprar nos outros Estados, prejudicando o Estado do Paraná. Isto vai ocorrer, com certeza, em todos os produtos que têm como alíquota única 17%, que hoje passam para 18%. Nós, aí sim, vamos perder o poder de competição em muitos produtos e na verdade, no lugar de um aumento de arrecadação nós teremos uma perda de arrecadação ou um aumento muito pequeno, trazendo um grande desgaste para os deputados da Base da Situação do Governo, mais uma vez.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Orlando Pessuti, eu tenho falado durante este ano todo sobre a questão do Estado, a situação financeira. Eu não ouvi nenhum discurso em todas as associações comerciais, industriais, de um empresário, de alguém que produz, que contribui com o crescimento, renda, com justiça social através de emprego, a favor, a uma opinião apenas a aumentar impostos.

Ao contrário, agora eu não consigo entender que o governo que em 96 tinha um bilhão e trezentos milhões de ativos a receber de sonegadores, agora tem 3 bilhões e quatrocentos e cinquenta milhões.

Então, ele aumentou dois bilhões e pouco de sonegadores.

Agora quer este aumento porque é em cima do combustível!

O combustível, todos nós sabemos, representa 50% do ICMS do Estado ou quase 50%, então é uma matéria da maior complexidade.

Eu não quero acreditar que os deputados da Base do Governo estejam dispostos a arcar com este ônus, aumentando o imposto para o produtor, enfim, dando de chicote naqueles que contribuem com a receita deste Estado, para tentar cumprir uma meta assinada pelo governo do Paraná com o governo da União, porque até aqui ele criou um buraco e não aumentou a receita, visto que ele não diminuiu a despesa.

O governo tem duas maneiras de governar, pelo menos na empresa é assim: diminua a despesa ou aumenta a receita.

É isso aí, a contabilidade é isso, entrada e saída. O que o governo fez?

Está gastando além do que pode, e agora quer tirar das costas do povo que administra a empresa com sacrifício.

Alguém disse aqui que este projeto de lei se assemelha no impacto na sociedade com o da Copel. Acho que esta chicotada vai doer no lombo de todos.

Alguns, os 7% que aprovavam a venda da Copel não sofriam diretamente o impacto, agora aqui generaliza, é total, todos pagaram a conta referendada, espero que não seja, pelos deputados que dão sustentação a este governo.

O Sr. Augustinho Zucchi

Deputado Orlando Pessuti, agradeço o aparte que V. Exa. me concede, embora já esteja bastante tarde, deputado Pessuti, mas eu me lembro aqui de uma vez, era mais ou menos no mês de dezembro, o deputado Durval deve lembrar que nós votamos aqui o tal de IPVA, é aquele negócio, veja bem, não vai mudar o total, só vai recolher um pouquinho, etc, e depois usando uma linguagem popular que não devia usar aqui o “ferro pegou”.

Olha, estão subestimando, eu quero aqui corroborar com as palavras do deputado José Maria Ferreira, estão subestimando, aumentou o pedágio esses dias, o preço do calcário, deputado Durval Amaral, está 40% mais caro, aumentou de média de 2,5 a 4,2% do produto lá na ponta. Eu não sei como é que vai reagir a população em termos desta questão, acho que nós deveríamos discutir um pouco mais esta matéria.

Acho que as associações comerciais, via de regra, jamais se posicionam politicamente, mas nós sabemos da preocupação que têm tido as entidades produtoras do Paraná e nós estamos, deputado Pessuti, encarecendo o custo de produção do Paraná, e vamos, no momento em que em todo país não há autoridade monetária nenhuma, o pessoal que entende da questão fiscal, o pessoal que entende de orçamento.

O deputado Durval que sabe da situação, do encontro de contas do Estado, todo mundo pede a reforma fiscal nesse País e nós estamos aqui aumentando impostos. O deputado Valdir Rossoni fez aqui um projeto de lei, foi sancionado no Palácio. Deputado Valdir Rossoni, com aprovação disso aqui, pouco poderemos comemorar desse projeto, porque, indiretamente, vai tirar do produtor e ele vai sentir na carne.

Quero deixar registrado a nossa posição contrária a esse projeto. O Paraná vai pagar muito caro. Deveríamos repensar na discussão dessa matéria, embora estejamos discutindo já no final do nosso período legislativo.

Muito obrigado!

O Sr. Marcos Isfer

Parece que estamos numa contra-marcha do que se passa em todo o País.

O País todo procura reduzir os custo-Brasil, O Estado do Paraná faz um monumental esforço de industrialização. Ainda outro dia o deputado Ribas Carli falava

da geração de empregos no Paraná. E, neste momento, estamos soltando a guilhotina sobre o pescoço da classe produtiva paranaense e de todos os paranaenses.

Fico impressionado quando se fala “vamos isentar a energia rural”. Ótimo, pelo menos não mexe com o pequeno produto rural. Como é que fica o pequeno industrial, aquele que produz nas grandes cidades e vai ter um aumento no seu custo? Não só de 1% do ICMS. Ele vai ter aumento da energia, aumento do combustível, aumento do IPVA, aumento do pedágio. Enfim, uma série de aumentos tornando o Estado do Paraná, totalmente fora da competitividade nacional.

Já está difícil produzir no Brasil por causa da carga tributária e por outros problemas que este País tem. Somos um Estado que está procurando industrializar-se, vem procurando mudar o seu perfil. Estamos dizendo ao produtor paranaense: vá produzir em outro Estado, porque neste Estado, você como industrial, ficou inviabilizado.

Estranho muito que isto venha desta forma para esta Casa, com pouco tempo para discutir. Parece reflexo da não venda da Copel.

De repente, prometeram que teria 200 milhões para os municípios e vão aumentar o ICMS. Esquecem que vão levar obras com o sangue do povo.

Vamos tirar este projeto, vamos simplesmente esquecê-lo, porque da forma como ele está estamos inviabilizando a indústria paranaense, o produtor paranaense. Da mesma forma como foi dado dilação de prazo para as empresas montadoras, isso nunca foi feito para nenhum produtor paranaense, para nenhum industrial paranaense.

Por que é que se deu dilação? Se tinha dinheiro para dar a dilação, agora vem aumentar o imposto do “pequeninho”? Como fica quem produz em Santa Felicidade? Os restaurantes? Eles gastam energia elétrica? Vai aumentar o preço de tudo! E vamos chegar ao desemprego no Estado do Paraná cada vez maior do que já está.

Muito obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI

Concedo aparte, na discussão da matéria, ao deputado Hermes.

Senhor presidente, veja V. Exa. o que propõe, efetivamente, o Governo: até naquilo que foi dito pelo deputado Durval em entrevistas que pude ver, o Governo precisa, segundo ele, compensar os benefícios que concedeu através da Lei Brandão, da Lei Rossoni, da Lei Pessuti, da Lei Seleme, da Lei Durval Amaral, que modificou a questão do ICMS no Estado do Paraná, recentemente.

Ora, para esse, tem que haver a compensação, buscando tirar de todos os paranaenses que produzem e prestam serviços.

Mas, não ouvi do deputado Durval Amaral a mesma preocupação quando o Governo do Estado, que já havia concedido dilação de prazo de muitos anos para a Renault, para a Volks, para a Chrysler, que tivesse a

mesma preocupação que tem agora, quando o Governo por mais um período dilatou a arrecadação do ICMS, ferindo de morte a arrecadação desse tributo no Estado do Paraná.

Quer dizer, naquele momento, podia se conceder um benefício fiscal, depois se dilatar esse benefício fiscal, quando se concedeu aos produtores de carne, industriais da carne, aos produtores de leite, industriais ligados ao leite, aos moveleiros, aos produtores de couro. Agora, não pode. Agora, é um benefício que está prejudicando a receita do Estado e ela tem que ser compensada.

Mas ela vem numa compensação brutal, porque aquilo que se concedeu, segundo informações abalizadas do deputado José Maria Ferreira, é da ordem de sessenta milhões e o que se busca arrecadar, tomar do contribuinte de volta, ultrapassa certamente aos duzentos milhões.

Tenha a santa paciência!

Outra coisa, deputado Nereu Moura, o governo do Estado do Paraná, quando mandou a mensagem para cá, listou uma série de itens onde iria empregar o dinheiro. Todos os itens, genéricos, conversa genérica, generalizada, nenhum específico.

E dizem daí que é para equilibrar com a receita de São Paulo, porque lá se aumentou de 17 para 18!

Eu me lembro, era no Governo do Orestes Quécia, só que quando foi feita aquela proposta, que foi aprovada, era para a construção de habitação popular, estava previsto na lei que aquele acréscimo de arrecadação, por um determinado período, que foi estabelecido, teria uma destinação específica, o que não consta na mensagem e da justificativa do governador, nesse momento.

E além do mais, senhor presidente, entendo que os deputados estaduais, não deveriam avalizar, como alguns têm avalizado, o aumento do pedágio que se está dando.

O governo virou useiro e vezeiro nos últimos dias em conceder aumentos. É o governo dos aumentos! Aumento do IPVA: aumentou o IPVA, a Assembléia teve que aqui corrigir algumas coisas, mas ele queria aumentar o IPVA!

Aumentou o pedágio além da inflação, além dos índices. Aumenta agora o ICMS, sem contar o terrível aumento que vem concedendo todos os dias, de manhã, de tarde e de noite, que são os buracos, o aumento dos buracos nas rodovias estaduais do Estado do Paraná.

Então, é o Governo dos aumentos! Só não tem aumento mesmo para os servidores públicos deste Estado! Só não tem aumento o atendimento ao interior do Estado, às questões sociais! Só não tem aumento a liberação dos convênios que foram firmados!

O Sr. Nereu Moura

Concede um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Orlando Pessuti, o secretário Miguel Salomão esteve aqui na Casa e garganteou que o Paraná teve um acréscimo de 170% do ICMS em relação a janeiro de 95. Tivemos um aumento do ICMS, e logo

após o fiasco da Copel, o Alceni Guerra foi à imprensa e disse que “não precisa vender a Copel. O Paraná está equilibrado”.

É uma maravilha! É um mar de rosas este Estado! Fantástico! O Lerner tem uma mão que faz milagres!

Para que vender a Copel? O Estado resolveu o problema!

Depois, pensaram, “não, vamos tirar o dinheiro do Fundo de Previdência para fazer esses deputados da Oposição ficarem entristecidos, porque quem manda eles votarem contra a venda da Copel?”.

Aí foram ver, não dava para pegar o dinheiro do Fundo de Previdência, porque está amarrado: o governo federal, já sabendo que aqui no Paraná as coisas não são feitas com seriedade, amarrou. Cada mês é descontado um título dos royalties de Itaipu, e ficou-se na saudade, como o dinheiro do Fundo de Previdência.

Aí, aumenta-se o pedágio, todos os anos, acima da inflação!

O governador Jaime Lerner não tem uma máquina de fazer dinheiro, como o governo federal, mas ele tem o povo do Paraná para espoliar.

É como se fosse uma máquina de fazer dinheiro, o povo do Paraná, deputado Pessuti! Aonde o governador olha, o faz com um único objetivo: fazer desse povo um pagador de imposto.

E nós aqui, como deputados, que deveríamos neste final de ano, estarmos aqui discutindo propostas para diminuir o sofrimento do povo do Paraná, o que é que estamos fazendo?

Aprovando aumento da carga tributária, aumento do imposto, aumento da fome, da miséria, das dificuldades! É isso que esta Casa está fazendo!

Deputado Orlando Pessuti, é este o presente que estamos dando para o povo do nosso Estado, que nos elegeu, feliz e faceiro, para que aqui viéssemos representá-lo.

E o que faz a Casa do Povo do Paraná?

Deputado Pessuti, V. Exa. tem 30 minutos prorrogados por mais 30.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Requeiro a prorrogação do meu horário, senhor presidente, por mais 30 minutos, com base no Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Peço a V. Exa., coloque o artigo que o senhor está amparado para fazer essa solicitação.

Enquanto V. Exa. não informar, está concluído o seu tempo, dou-lhe um minuto para concluir.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Não estou com o Regimento aqui, mas vou lhe fornecer o artigo imediatamente.

Eu concluo a minha discussão, até para permitir que o deputado Nereu Moura também possa discutir a matéria,

já que se inscreveu para isso e eu concluo afirmando a todos, que eu não gostaria de ver essa matéria aprovada.

Não gostaria que ela fosse discutida neste momento, já por volta das 22h00, sem que a imprensa, na sua grande maioria, esteja presente para tomar conhecimento de todos os argumentos que estamos aqui apresentando.

Mas, tenho certeza que ainda hoje, se em for em votação esta matéria, nós possamos rejeitá-la, e caso seja aprovada na sua 1ª discussão, ela voltará amanhã, e com mais tempo, nós também já de posse do artigo do Regimento, iremos encaminhar, e inicialmente, discutir a matéria por 30 e mais 30 minutos.

Agradeço a V. Exa. e concluo o meu pronunciamento, até porque o deputado Nereu já se inscreveu para discutir a matéria.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Como o nosso Regimento Interno é muito claro, fixando para início e término das Sessões, e como a Ordem do Dia tem horário pré-estabelecido, e como as discussões devem ser feitas à ordem inversa, assim também como os encaminhamentos, um orador a favor e um orador contrário, e tendo em vista que a Situação não pretende fazer valer a sua prerrogativa de discutir a matéria neste momento, até porque estamos em 1ª votação, logo, que não seja admitida a inscrição de nenhum parlamentar desta Casa para discutir a matéria que não seja da Base Aliada do Governo, para que se possa facultar à Oposição a nova discussão da matéria, senhor presidente.

É o Regimento Interno, e está aí para ser cumprido.

O SR. NEREU MOURA

Eu gostaria que o deputado Durval Amaral citasse o artigo do Regimento Interno.

O SR. DURVAL AMARAL

É só o senhor procurar qual é o tempo pré-determinado para a Ordem do Dia, senhor presidente.

Está no Regimento Interno.

O SR. NEREU MOURA

Deve citar o Regimento Interno.

Inscrevo-me para discutir, senhor presidente.

O SR. NEIVO BERARDIN

Eu estou inscrito, Nereu.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Neivo Beraldin, por dez minutos.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, para encaminhar a votação, qual é o prazo regimental?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Dez minutos, sem apartes.

O SR. NEREU MOURA

Mas é para discutir, deputado Neivo.

O SR. NEIVO BERARDIN

Então vamos encaminhar sem apartes.

Senhor presidente e senhores deputados.

É difícil imaginar que às vinte e duas horas do dia 12 de dezembro de 2001, possamos nós, deputados da Oposição, estar aqui na tribuna para sustentar o interesse do povo do Paraná, sustentar o interesse do industrial que gera emprego, gera renda, sustentar o direito do empresário que chega no final do ano quase sempre com enormes dificuldades para cumprir o 13º salário, para fazer a folha de pagamento, e entre esses eu me incluo.

Agora, como podemos vivenciar essa situação que parece irreal? Parece uma situação que na nossa imaginação jamais poderia estar acontecendo dentro do Parlamento. Nós, o Parlamento, deveríamos estar aqui por unanimidade defendendo os industriais, os empresários, os trabalhadores. Esta é a função maior do representante popular, por isso ele é chamado de excelência, porque ele tem que ser excelente nas suas ações, no exemplo que passa para a sociedade.

Pois bem, esta, meu caro amigo Luiz Carlos Martins, é a nossa função no Parlamento. Agora, o que vemos aqui é algo estarrecedor! Não podemos ver o governo pagando televisão, mídia para dizer que abaixou a alíquota da lei do deputado "tal", da lei do deputado "tal". Vai nas cidades, abre as portas do Palácio Iguaçu, gasta milhões em publicidade e propaganda, quinhentos milhões de reais, para não dizer dólares, e vai no povo, no trabalhador, no industrial, no empresário, tentar sacar mais, sacar mais...

Olha, do outro lado, ele dá isenção, longa isenção de ICMS para as montadoras! Do outro lado, não vai em busca de receber aquilo que tem a receber dos sonegadores. Do outro lado, realiza um convênio com o Banco Central que ainda é preciso discutir se ele apresentou os fatos reais para celebrar aquele convênio, que eu estou analisando com a nossa assessoria uma possível rasteira, inclusive no Banco Central, por parte do governo do Estado do Paraná, porque acho, ainda não quero afirmar, que na rolagem da dívida houve uma ocultação ou uma exaltação nas suas contas, nas suas finanças.

Então, senhores deputados, cumprio o dever de cidadão e de parlamentar, discutindo exaustivamente, neste momento da noite, embora sabendo, embora conhecendo a Casa e vendo a questão dos que são Governo fechado, e dos que são Oposição, é o nosso dever e a nossa função esgotarmos as últimas tentativas para convencermos aqueles que estão insensíveis na defesa dos interesses do povo do Paraná.

Olha, o governo é muito forte, o governo não precisa de defensor intransigente, vamos pensar a nossa função. Aliás, neste País, se cada um que exercesse a sua função, a exercesse na plenitude de seus direitos, sobretudo no campo ético, nós teríamos um país muito mais

forte, muito mais justo, muito mais democrático, muito mais realizador. E se tivéssemos 50% a menos da corrupção oficial, não teríamos pobres, não teríamos cidadãos sem casa, não teríamos gente sem remédio, não teríamos gente passando fome. O que há é uma maneira cruel do Governo em sacar o povo, em gastar dinheiro público na mídia. Esse sistema, sinceramente, senhores deputados, temos que reverter e naturalmente não há um caminho mais justo para refazermos e recolocarmos as coisas nos trilhos, se não é através do Parlamento, através da representação popular.

Por isso, cada eleição que se avizinha, é preciso chamar a população para que elejam representantes que tenham uma determinação na defesa dos interesses do povo do Paraná. Defender o governo é fácil. O governo é poderoso. O governo detém a chave do cofre. O governo dita as regras. Nós temos que ter aqui o contraditório, é o poder que a Constituição nos dá de vermos um país presidencialista, mas termos uma Constituição Parlamentarista. E é preciso que esta Constituição seja lida e relida, seja representada com todas as suas letras pelos dignos representantes do povo do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, primeiro, eu gostaria, nem me cabe, mas vou questionar, porque nós já encerramos o período da discussão, já estamos encaminhando. O deputado Neivo Beraldin encaminhou. E o deputado Nereu Moura, efetivamente, se ele vai encaminhar contra, se ele vai discutir contra, ou a favor, se for discutir contra, eu até não faria isso, porque ele é deputado da Oposição, jamais discutiria a favor. Se ele for discutir contrariamente, não cabe, porque deve ser alternadamente, um a favor e um contra e o processo está encerrado porque o deputado Neivo Beraldin já encaminhou a matéria.

E mais uma questão, senhor presidente, pela ordem ainda, nós estamos somente encaminhando e debatendo a questão constitucional. Não cabe sequer de outra forma se encaminhar, se não for a questão constitucional.

O mérito não está em discussão e nem encaminhamento neste momento.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

O deputado Durval Amaral fez a questão de ordem, mas não citou o artigo do Regimento Interno que ele deveria citar.

O SR. DURVAL AMARAL

Cento e quarenta e nove, parágrafo primeiro, nobre deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Pois é, o artigo 149, deputado Durval Amaral, em nenhum momento fala que o deputado não tem direito à palavra. Alternadamente, se tiver inscritos quem queria falar contra e quem queria falar a favor, mas como não

tem quem queira defender este projeto, é natural que a palavra deve ser preservada a quem queira discutir a matéria. E o artigo 153 me permite também, qualquer deputado fazer uso da palavra, combinado com o artigo 149.

(Pausa)

Eu serei breve, senhor presidente...

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Eu gostaria primeiro da decisão da Mesa, senhor presidente, porque nós temos prazo regimental para a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Peço a V. Exa. que, realmente o nosso Regimento no artigo 149, parágrafo 1º - os oradores terão a palavra na ordem de inscrição alternadamente, só que também não fala taxativamente que quando não há oradores que encaminhem favoravelmente ou contrariamente se impediria o deputado de falar.

Vou pedir a compreensão do deputado Nereu e ele já inclusive se manifestou que vai ser breve, nós vamos conceder a palavra a V. Exa.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, quero apenas concluir o raciocínio das minhas colocações de que nós estamos dando - nós que eu digo é a Assembléia - estamos dando um presente de grego ao povo do Paraná. Eu, como deputado, jamais iria me submeter a uma situação igual a esta, e eu dizia que o governo federal tem a casa da moeda para fabricar dinheiro e o Lerner tem o povo do Paraná para tirar dinheiro desse povo.

O governador Jaime Lerner não tem a casa da moeda, mas tem o patrimônio público para dilapidar, para torrar como ele tem feito até agora.

O jornal Folha do Paraná, nos inúmeros editoriais que tem publicado sobre esta matéria, colocou hoje a seguinte expressão: "qual é a importância da Assembléia Legislativa para o povo, se faz tudo que o governo lhe pede? Qual a importância da Assembléia Legislativa, se faz tudo que o governo pede, de forma tranqüila e pacífica?"

Senhor deputado, os deputados Ricardo Maia, Divanir Braz Palma, nos jornais de hoje também, com muita veemência discordam do ICMS, do aumento da alíquota do ICMS. Também eles dizem que não agüentam mais suportar o desgaste da Copel, aumento da alíquota do ICMS, atitudes impopulares. Por isso acreditamos que também os deputados Divanir Braz Palma, Ricardo Maia e outros deputados, assim como eles declararam na imprensa no dia de hoje, eles possam nos ajudar a derrubar este pesado fardo, este presente de grego, esta decisão incompreensível que se pretende colocar sobre o ombro do povo do Paraná.

Nós, senhor presidente, do PMDB, coerentes da nossa posição, desde quando o PMDB governou este

Paraná, jamais o nosso partido, em nenhum governo do PMDB, aqui neste Estado, jamais o nosso partido tentou prejudicar o povo do nosso Estado, aumentando impostos, prejudicando a população. Nos três governos que o PMDB teve, aqui, sempre teve como meta, princípio e norte, facilitar a vida da população.

Por isso, os deputados do PMDB, nesta Casa, irão votar firmemente para que esse projeto de lei não prospere, seja derrubado, e não venha ele prejudicar o povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao deputado Edson Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, senhores deputados. Esta Sessão está nos recordando sessões anteriores, que entrando noite adentro, pela madrugada, esta Casa se debruça sobre questões importantes e, com certeza, vamos continuar aqui debatendo e questionando, porque esse é o papel desta Casa, do deputado, quando ele age para discutir, analisar e votar projetos de lei, que afetarão muito a vida de todos nós, cidadãos paranaenses.

Evidentemente, já temos a vivência, senhores deputados, vivemos um governo que foi doutrinado, não no sentido de agir nos interesses da grande maioria do povo do Paraná, mas exatamente ao contrário, um governo que governa para a minoria. Talvez, a grande minoria dos interesses de alguns grandes grupos econômicos, onde para esses, sim, o governo é benevolente, cede tudo, fazendo dilação de prazo, concessões. O governo acaba privilegiando, em muitas vezes alguns grupos, mas não a maioria do povo do Paraná.

Infelizmente esse governo, que é o inverso do Robin Wood, que tira dos pequenos para dar para os grandes, vemos mais uma vez, o governo avançar vorazmente, em cima de quem? Em cima do imposto, o ICMS arrancando dinheiro de todos os contribuintes do Estado do Paraná. Aumentar o ICMS em cima do combustível, das telecomunicações, é transferir cada centavo cobrado a mais, deputado Neivo, para que o contribuinte, aquele que tem um carro, que consegue abastecer, para sair muitas vezes atendendo uma necessidade da família, ele está pagando cada centavo, para que o governo cubra o rombo do caixa.

Infelizmente, vemos aí o que está acontecendo no Paraná. Muitas vezes, nós, nesta Casa, ficamos de certa forma deprimidos, quando vemos muitas vezes a falta de discussão, do contraditório. Onde não há a discussão da justificativa técnica, não há a defesa de um projeto, há apenas o questionamento da Bancada de Oposição.

Mas, não é a bancada de Oposição, que realmente é oposição às coisas boas, é a oposição àquilo que depõe contra os interesses do nosso cidadão. Está claro e todos nós sabemos, que nessa hora, já noite adentro, quando a imprensa praticamente não acompanha essa Sessão, quando, nós todos, saturados pelos debates de uma

agenda, de uma pauta longa, exaustiva e que, infelizmente, parece-me que se deixa sempre para o mês de dezembro, para que possamos aqui nesta Casa, discutir, debater, encaminhar e votar assuntos de grande interesse para o Estado do Paraná. Evidentemente não podemos nos conformar, temos que deixar claro e eu acho importante até que haja um posicionamento, porque nós acompanhamos até alguns deputados do governo, que defendem, que fazem parte da Bancada do Governo, se pronunciar claramente através da imprensa, do rádio, dos meios de comunicação, dizendo que jamais votariam qualquer projeto que aumentasse a carga tributária sobre as costas do povo paranaense. Evidentemente, vemos aqui um clima de certa forma fúnebre, porque às vezes você sabe que o governo joga pesado, mas eu acho que esta Casa não pode, e a Bancada do Governo não merece, mais esta vez, levar a pecha, carregar nas costas a desgraça tributária, a desgraça econômica por que passa este governo, fruto da farra financeira, da falta de zelo na aplicação do recurso público, que com certeza, senhores deputados, hoje tenta-se arrancar do bolso do cidadão.

Desta forma, nos deputados, independente de facção, Oposição e Situação, temos que deixar bem claro, nós queremos aumentar a carga tributária para o povo paranaense ou queremos defender aquilo que é correto. Acho que falta ao governo transparência, falta investigação e informação das suas ações, mas sobra vontade política de arrancar mais dinheiro daqueles que são a grande maioria do povo paranaense que é um povo sofrido, que hoje não tem condições, onde a economia passa por crises nacionais e nós vemos aí um governo que não está preocupado nem um pouquinho em tirar dinheiro talvez da Renault ou dos grandes grupos que vieram com grandes vantagens. Está preocupado, sim, em arrancar dinheiro do bolso do nosso contribuinte, e foi buscar exatamente nas telecomunicações, onde todo cidadão paga no combustível, aumentando a tarifa em percentual de imposto em mais de 10%.

Evidentemente, encaminhamos aqui o nosso repúdio à ação do governo, àqueles que defendem no sentido de que haja esse esforço tributário em momento inoportuno.

O Paraná não merece, o povo paranaense não merece pagar mais do que está pagando hoje.

Era isso, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Encerrada a discussão, em votação.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. EDSON STRAPASSON

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será feita a verificação de votação.

O SR. NEIVO BERALDIN

Para que seja mais objetivo o encaminhamento, que a votação seja de forma nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. tem que apresentar um requerimento por escrito.

Está em votação.

Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

Vinte e oito deputados.

Os que rejeitam, queiram levantar-se Vinte e um deputados.

Está aprovado o projeto em 1ª Discussão.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, gostaria de registrar os deputados que votaram contrário ao aumento do imposto: Deputados Neivo Beraldin, Edson Strapasson, Luciana Rafagnin, Marcos Isfer, Cezar Silvestri, Nereu Moura, Caíto Quintana, Serafina Carrilho, Waldyr Pugliesi, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Orlando Pessuti, Ângelo Vanhoni, Antonio Anibelli, Hermes da Fonseca, Tony Garcia e Augustinho Zucchi.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 668/2001 de autoria do deputado Durval Amaral, que acrescenta artigo da Lei Complementar nº 76 conforme especifica. SEM PARECER. (Publ. no DA nº 182/2001, de 04.12.2001).

O Projeto retorna às Comissões.

A Sessão amanhã será às 9 horas da manhã e posteriormente teremos quantas extraordinárias tiver necessidade.

Tem requerimentos ainda que foram apresentados. Temos que votar os requerimentos.

O SR. NEIVO BERALDIN

Além dos requerimentos solicito a V. Exa. que anuncie a pauta da Sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Da Ordinária já foi anunciado.

Deputado Hermas Brandão, requerimento seja transformado em Comissão Geral para apreciar o Projeto 558/2001.

Pela Ordem, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

O requerimento de V. Exa e do deputado Durval Amaral ficam prejudicados, porque o artigo 107 do Regimento Interno diz o seguinte no parágrafo 2º o requerimento propondo a condição da Assembléia em Comissão

Geral, só será submetido à discussão e votação, decorridas 24 horas de sua apresentação.

Como a sessão será pela manhã, amanhã...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Se for essa a decisão de V. Exa., vou marcar a sessão para tarde, amanhã.

O SR. NEREU MOURA

A noite, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A noite. Vamos ficar aqui até meia-noite, não tem problemas. Se não tiver a compreensão dos companheiros, num assunto de suma importância para resolver o problema do Tribunal de Alçada, com certeza nós faremos a reunião à noite.

Marcarei uma reunião à noite e isso é decisão da Presidência. A Presidência pode marcar a hora que decidir as reuniões aqui na Casa.

O SR. NEREU MOURA

Perfeito, isso aqui é Regimento, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É regimental também o que estou falando para V. Exa.

O SR. NEREU MOURA

Mas estou levantando a questão regimental.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Se não tiver a compreensão dos companheiros, com certeza nós teremos sessão amanhã, à noite.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, estou apresentando à Mesa, também, um requerimento pedindo a queda do interstício. Daí o senhor pode marcar tranquilamente a sessão, no período de amanhã, sem nenhum complicador regimental.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estamos aqui também com o requerimento nº 4354, de autoria do Sr. deputado Cleiton Kielse, com apoio dos deputados Luiz Accorsi, Ricardo Maia, Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando seja transformada em Comissão Geral a Sessão para apreciar o Projeto de Lei nº 421/2001 - **Recebido; apreciar na Sessão do dia 13.12.2001, conforme o artigo 107 do Regimento Interno.**

Requerimento nº 4359, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 13 do corrente mês, para votação do Projeto de Lei nº 706/2001. **Recebido; apreciar na Sessão do dia 13.12.2001, conforme o artigo 107 do Regimento Interno.**

O SR. NEREU MOURA

As mesmas questões regimentais que já levantei.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Durval Amaral, solicitando a dispensa de interstício regimental para as sessões.

Está em votação o Requerimento nº 4360, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitação a diminuição do interstício para a realização de Sessão Extraordinária para o dia 13 do corrente mês. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação do requerimento.

Vinte e oito senhores deputados aprovam.

Vinte um senhores deputados rejeitam.

Está **Aprovado** o requerimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

V. Exa. disse que o deputado Kielse está requerendo Comissão Geral para o Projeto nº 421?

A mim parecer que o deputado Kielse, individualmente, não tem amparo regimental para requerer.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está apoiado. Todos os requerimentos estão apoiados.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Perfeitamente, V. Exa. anunciou que o deputado Kielse estava requerendo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela Ordem, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, estou encaminhando à Mesa, um requerimento. Como houve quebra de interstício, que seja marcada uma Sessão, nos próximos 10 minutos, para que possamos antecipar a Ordem do Dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Interfiro o pedido de V. Exa., não temos condições de pauta, hoje.

Sobre a mesa, Requerimento nº 4349, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4357, de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4352, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 4353, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 4355, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Prejudicado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quinta-feira, dia 13 às nove horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 098/2000, 036, 242, 287, 289, 337, 358, 435, 448, 476, 478, 519, 602, 605, 607, 616 e 621/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 030/2000, 132/2000, 514, 536, 590 e 606/2001.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 620/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 637/2001 e 638/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 421, 452, 560, 577 e 660/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 178, 443 e 499/2001.

Levanta-se a Sessão.